

ARI CUNHA

Visto, Lido e Ouvido

A Casa que julgou Aparecido vai julgar Collor e outros

O noticiário político de ontem foi de fazer corar um frade de pedra. Aprovado por unanimidade na Comissão de Relações Exteriores, o embaixador José Aparecido quase foi rejeitado no plenário. Motivo: o Senado está agastado com medidas do presidente Itamar e resolveu dar uma lição sobre sua importância.

Senão, vejamos: a rebelião pelo voto foi comandada pela bancada mineira, revoltada contra Itamar. Alfredo Campos deu a partida e movimentou os demais. Magno Barcelar não aceitou a indicação de Napoleão para as Comunicações e a bancada do PMDB não assimilou a presença da Paulino Cícero no Ministério. Vai daí, a bancada do Distrito Federal estava mal satisfeita com Aparecido por causa de suas declarações contra o metrô e Samambaia. Por isto, votou contra também. Outros senadores, que haviam telefonado para Henrique Hargreaves e não foram atendidos, expressavam sua mágoa votando contra.

Poucos senadores poderiam prever o que estava acontecendo, mas era um desabafo através do voto.

Isto serve de exemplo para a próxima votação, que será feita com o presidente do Supremo Tribunal Federal comandando os trabalhos. Vê-se, por um fato comum, que o Senado que vai julgar Collor é o mesmo que julgou Aparecido. Por isto, a presença do ministro Sanches será apenas um cumprimento da determinação da Constituição, porque os votos estão preparados para não ver autos, não ler declarações, não procurar outra coisa senão a derrocada e o holocausto do presidente afastado.

De nada valerá, por questão, a presença de grandes advogados ou a argumentação que esteja sendo preparada. O julgamento será simbólico, sem intenção jurídica, prevalecendo o fator político.

Os fatos comprovam, às vésperas da votação, que a nossa classe política está muito longe de poder conviver com o parlamentarismo, sem o ranço dos interesses pessoais contrariados.